

Global/Brasil, uma máquina de Guerra em revista

Barbara Szaniecki e Giuseppe Cocco

Em sintonia com os eventos de Seattle em 1999, de Genova e de Buenos Aires em 2001, e com as sucessivas edições do Fórum Social Mundial – e seu lema “Um outro mundo é possível”, a iniciativa de realizar a revista *Global/Brasil*¹ foi tomada em dezembro de 2002 por uma rede de estudantes, ativistas de pré-vestibulares, professores, pesquisadores e estudantes universitários, intelectuais e artistas militantes. A Rede Universidade Nômade. Com projeto definido no próprio processo, a revista nasceu de parto prematuro cerca de quinze dias após a decisão de participação no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro de 2003. Após algumas tentativas equivocadas de torná-la uma revista “como as outras”, os participantes assumiram seu caráter acontecimental. E assim, em sua existência intempestiva, a revista resistiu por dez anos. A intenção era de trabalhar diretamente *com* os movimentos culturais e sociais ao invés de trabalhar *sobre* eles promovendo debates com menos mediação jornalística. O contexto brasileiro era de forte participação democrática, de expressão cultural diversificada e de políticas públicas inusitadas.

Nesse contexto, a Rede Universidade Nômade atuava e segue atuando sob duas grandes linhas²: linha de multidão e linha de hegemonia. As duas linhas estiveram misturadas, ora ressoando, ora produzindo pela dissonância. Enquanto **linha de multidão**, a rede reforçou as práticas de composição entre uma dissidência minoritária no interior da universidade pública e a iniciativa de cursos pré- vestibulares para negros e pobres. Estava em questão participar do grande movimento em curso no Brasil pela democratização do acesso à produção universitária para além dos canais institucionais do Estado e dos muros corporativos e sua concepção fechada de autonomia. Na época, decidimos participar da luta

¹ A revista GLOBAL/Brasil tem uma versão impressa e uma versão digital. A versão impressa possui formato de 20.5 x 27.5 cm fechado e 41 x 27.5 cm aberto, com 48 páginas em policromia (4 cores) sobre papel *offset* 90 gramas e capa colorida em papel *couché* 150 gramas com verniz de máquina e acabamento com dois grampos.

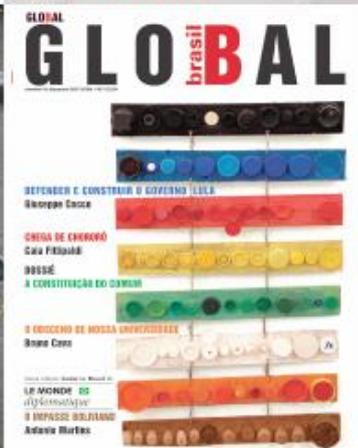
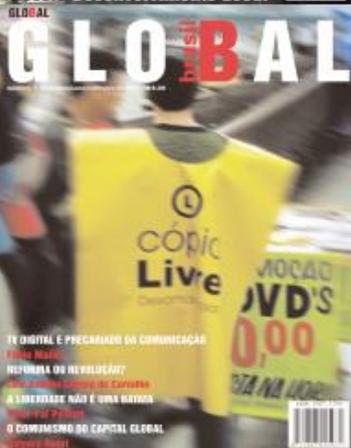
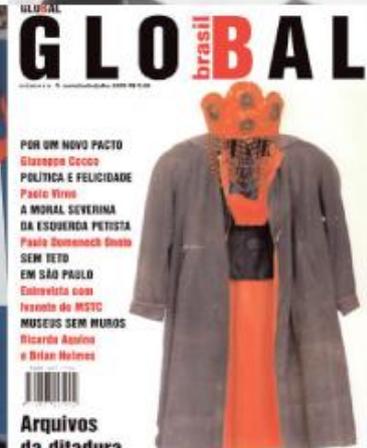
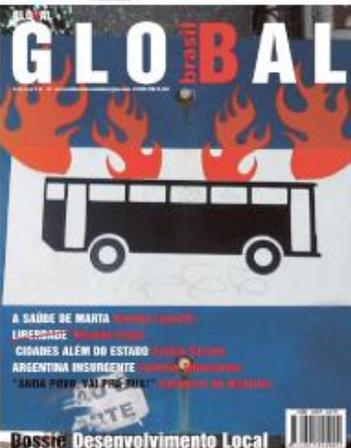
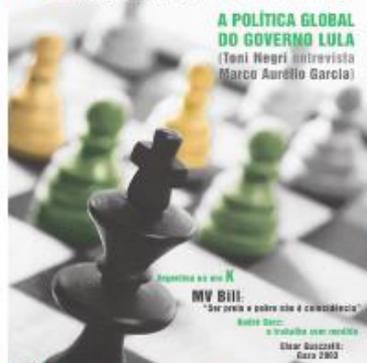
² Algumas dessas considerações foram retiradas do manifesto da Universidade Nômade de 2016 lançado sob o título “Quando a trama da terra treme” e assinado por mais de sessenta pessoas: <http://bit.ly/2t5cXzX>

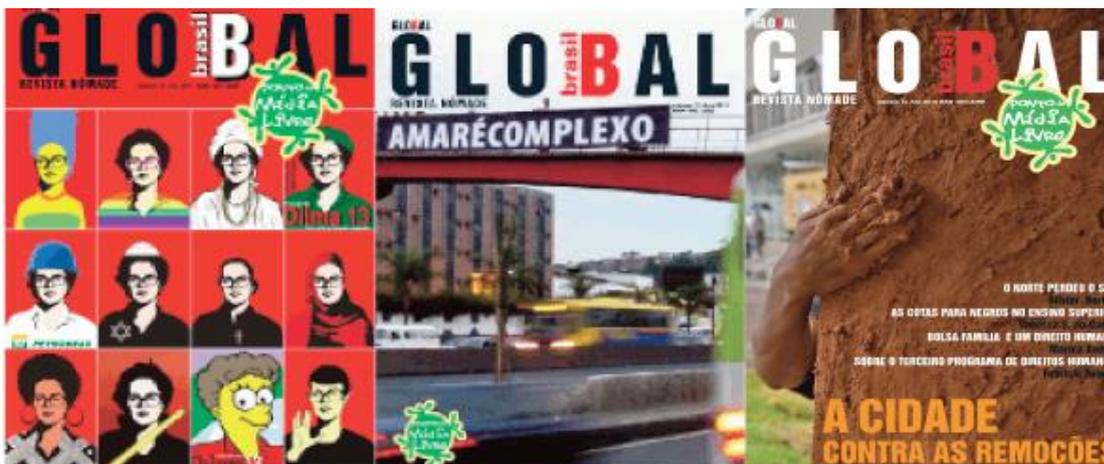


pela política de cotas raciais era reivindicada pelo conjunto do movimento negro, sobretudo depois da conferência de Durban (2001), e que boa parte da esquerda brasileira – dirigentes partidários e influentes intelectuais – recusava. Nessa linha, também se inserem as relações estabelecidas com fóruns de lutas, coletivos de produção cultural, rádios livres, mobilizações de camelôs ou indígenas, midiativismos, além de uma linha editorial em geral pensada nas lutas e para as lutas. A **linha de hegemonia** apostava na prática de participar mas também criticar o governo quando necessário, e se destacou em três momentos: o primeiro com o abaixo-assinado contra a greve da UFRJ de 2003; o segundo enquanto resposta à crise do mensalão com o Fórum pela Radicalização Democrática, em 2005; e o terceiro na experiência, rapidamente abortada pela nomenklatura petista, do Núcleo de Biolutas, em 2011. A linha de hegemonia levou a rede a produzir manifestos em defesa do governo Lula, por meio do que se viabilizariam plataformas de democratização e políticas do comum, – tais como os Pontos de Cultura, o microcrédito popular, o Prouni e o Reuni, a eletrificação rural, ou a Bolsa Família trabalhada como embrião para uma Renda Universal, capazes de prover condições materiais para impelir as lutas a um novo patamar de potência, segundo um circuito virtuoso de ações institucionais e a inteligência coletiva da multidão. Esta linha de hegemonia tornou-se a mais visível e, ao redor dela, se gerou alguma coesão à diversidade de grupos e pessoas que compunha a rede. Os atritos e dissonâncias entre as duas linhas nem sempre se resolviam produtivamente, pois a linha de hegemonia, isto é, o efeito-governismo, terminava por se impor. Isto aconteceu, por exemplo, em 2003 quando se tentou converter a vitória contra a greve corporativa na UFRJ em mobilização para a defesa das cotas. Ou quando o Fórum pela Radicalização Democrática não obteve nenhum sucesso em consolidar uma interlocução com o Ministério da Cultura (MinC). **A idéia de produzir uma revista surgiu nesse contexto.** A produção direta de cultura e mídia era uma demanda contundente da sociedade à qual a *Global/Brasil* pretendeu responder, sem pretensão de apresentar-se como modelo, muito pelo contrário, e sim como um processo experimental, uma poiesis-práxis.



GLOBAL (A.L.) GLOBAL (AL) GLOBAL BRASIL





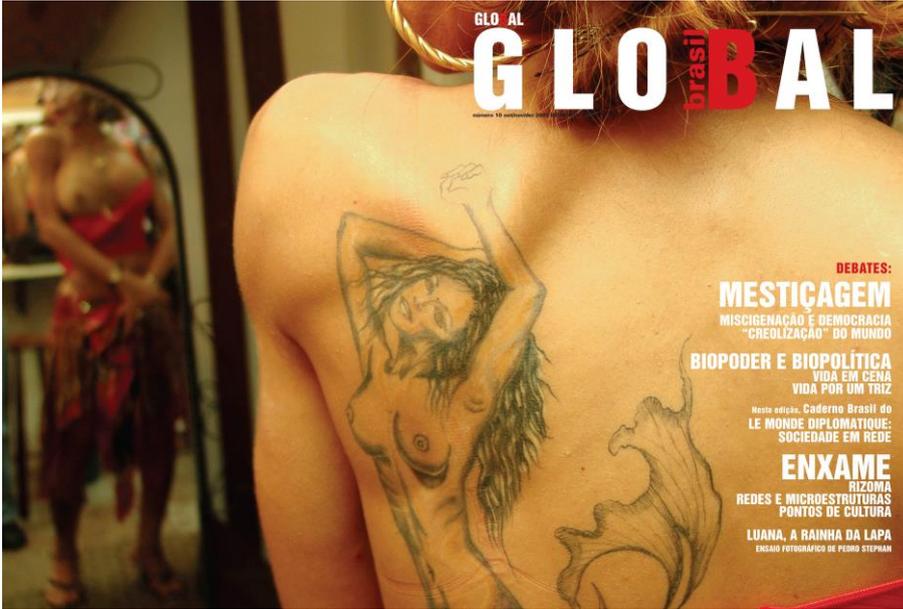
Figuras 1 e 2: capas da revista Global

A caminho do Fórum Social Mundial de 2003...

Como dizíamos, a Global/Brasil nasceu a caminho do Fórum Social Mundial de 2003 e, é preciso frisar que, apesar do clima geral de abertura dialógica, o cenário em termos de comunicação permanecia monofônico. À dura herança da ditadura se sobrepunha uma crença desmedida nas redes. Ora, na passagem de uma economia industrial para uma economia da informação, a comunicação em rede substitui a linha de montagem como modelo de organização da produção. E essa nova infra-estrutura global de produção, que é comunicação em rede, combina por sua vez um potencial democrático – a internet, potencialmente descentralizada e não hierarquizada – com um modelo oligopolista – os meios de comunicação modernos caracterizados pela produção centralizada, pela distribuição em massa e por emissão de mão única: rádio, televisão e imprensa. A Internet é palco e platéia do conflito contemporâneo entre aberturas *versus* cercamentos onde, por cercamentos, entendemos não apenas as reduções do aberto ao fechado como também do múltiplo ao uno e do imprevisível ao previsível. Nossa questão era e segue sendo a luta contra a expropriação do comum entendido como aquilo que é produzido com base na cooperação social, das fontes de conhecimento aos fluxos de imagens. A expropriação produzida pela precarização do trabalho leva à precarização das vidas, num círculo vicioso. Se os meios modernos de comunicação desenvolveram um sentimento de pertencimento a

uma totalidade através da homogeneização da língua, da pasteurização dos sons, da padronização dos tons e da uniformização dos códigos visuais, a mídia contemporânea realiza a passagem da massificação à fragmentação do público: entre o individualismo e o multiculturalismo, só há uma diversidade sem comum. Se, hoje, podemos afirmar que a comunicação organiza a produção, apropriar-se dos meios de produção significa apropriar-se dos meios de comunicação. Felix Guattari nos falava de uma era pós-mídia onde a mídia massiva padronizadora de subjetividades seria reapropriada por usos interativos, individuais e coletivos, das “*máquinas de informação, de comunicação, de inteligência, de arte e de cultura.*”³ Contra os dispositivos de dispersão que atuam na metrópole com sua economia organizada pela comunicação e contra os dispositivos de manipulação, urge “fazer multidão” construindo máquinas tecnológicas e sociais de expressão que constituam um comum ao invés de servir a um controle; máquinas artísticas e criativas de resistência em redes rizomáticas que prolonguem, no espaço e no tempo, a consistência estética e a mobilização produtiva e política da multidão, que agenciem as singularidades em devir.

³ GUATTARI, Félix. “Vers une ère post-média” em www.revue-chimeres.fr/guattari/guattari.html



Sem título, desenho de Inês de Araújo, 2007. Fotos de Milton Montenegro.

TransEditoriando...

Chegamos ao número 10! Nascida o caminho do Fórum Social Mundial de 2003, a revista GLOBALBrasil se transforma, privilegiando os debates entre os vários participantes da lista Universidade Nômade, em relação aos artigos autorais. Também abre um maior espaço para expressões estéticas diversificadas. Desenhos, fotos e performances se aguçam com os debates, produzindo uma fileira monstro que exalta a criação coletiva, em detrimento da assinatura individualizada de autores ou artistas.

Produzir uma revista implica organizar um corpo de textos e imagens não apenas em diálogo, mas em deivar – o que aparenta corpo revela-se como infirmitade de moléculas signicas em movimento em direção a outras. Imagem torna-se texto, texto torna-se imagem. Nesta transformação sempre inacabada, dibta-se a tentação de hierarquizar as representações, tentação à qual o design (e) se dá a fugir. Assim nos vemos aproximando de um desenho expressivo – conjugação íntima de formas e conteúdos.

Produzir uma revista significa sobretudo ativar uma multiplicidade de colaborações para esta produção textual e iconográfica, assim como para disseminá-la pelos territórios reais e virtuais. Todavia, se sobram cérebros para produzir, faltam braços para distribuir. Para muitos, a distribuição de uma revista ainda equivale à inerte reprodução. Nos deparamos com os velhos sintomas de hierarquizações entre trabalho imaterial e trabalho material. Se ainda sobram mentes mas ainda faltam membros, qualid, muita esportação de conhecimento, termos e produtos, afinal, estreitamente ligada à circulação do que seja produzido?

Pensamos aqui que produzir uma revista é ação política! Ora, em cultura de rede, a questão da "organização" é questão neural. É verdade que mesmo em organização que se queira radicalmente democrática e trabalho para a radicalização da democracia, o fantasma de alguma hierarquização dos corpos, físicos ou semióticos, persiste. Pensamos então em praticar outros conceitos e conceitualizar outras práticas. Surge o enxame, figura altamente descentralizada que converge, dispersa e recombinaria para um novo impulso. Vislumbramos a produção e a distribuição da revista como um acontecimento instantâneo e imprevisível, ou como um micromonstruivismo persistente e resistente?

É preciso continuar a experimentação, verificar continuamente se os novos conceitos correspondem efetivamente às realidades vivenciadas. Mas do que analisar, provocar o encaamento. É praticá-lo na maior horizontalidade possível. Se, nesta prática, verificar-se que algumas estruturas sejam necessárias, que sejam flexíveis e temporárias. Que durem o tempo de sua intensidade.

Dentro de um contexto global de transformações do capitalismo – que aqui chamamos de capitalismo (ogonívico) –, e de um contexto local de um governo eleito democraticamente e de políticas públicas democratizantes que o atualizam continuamente, como as Políticas de Cultura, a circulação e produção!

Distribuição em pontos de cultura, distribuição através de um portal de revistas alternativas e companheiras, distribuição através do Ministério da Cultura ou de outras entidades, distribuição através de site próprio ou de sites aliados e resistência frente aos monopólios midiáticos e à criar outros mundos possíveis. Cooperar e multiplicar nossa potência para além da consoerência metodológica ou da centralização burocrática, numa expansão contínua, de modo a concretizar os desejos dos muitos.

Para isto, a GLOBAL se transforma e se nomadiza. Quer ser um corpo monstruoso, real e virtual laçandem o site: www.revistaglobalbrasil.com.br, além de barre e colares de chips, low e high tech – corpo impuro, atravessado por múltiplos conflitos e desejos. Como Luana, este corpo vai pra pista porque quer e assim, mais desafiante que cambaleante, estamos a caminho do Fórum Social Mundial de 2009.

Editorial 3 GLOBAL

Figuras 3 e 4: páginas internas da revista Global número 10



Figuras 5: páginas internas da revista Global número 10

O que pode uma revista?

A revista manteve, ao longo de suas onze edições, quatro seções fixas – Trânsitos, Conexões Globais, Universidade Nômade e Maquinações – com distintas abordagens editoriais em termos de textos (artigos jornalísticos, ensaios acadêmicos, entrevistas pontuais, dossiês especiais e discussões vindas de uma lista na internet), e em termos de imagens (arte contemporânea, intervenções urbanas, pintura, desenho, fotografia, quadrinhos, entre outras expressões) que correspondem, na prática, aos diferentes perfis dos colaboradores nacionais e internacionais. A relação entre imagem e texto não era de redundância – nem a imagem ilustra o texto, nem o texto explica a imagem – e sim de interferência recíproca.

Também era de interferência, nem sempre isenta de conflitos, erros e acertos, a relação entre seus respectivos produtores, intelectuais e artistas. E também de interferência ampla e prene de confrontos, era a relação entre produtores de textos e produtores de imagens com as práticas da universidade, do trabalho e da arte-design. Entre fracassos e êxitos, a revista procurou articular reflexão e ação, e potencializar essas tensões políticas e estéticas para enfrentar a restrição da criação aos padrões comerciais, a repressão da expressão de



certos grupos sociais, a limitação de trocas de informações através de travas tecnológicas, enfim, para afirmar outras possibilidades existenciais. O design constituiu-se como importante ferramenta nestes processos.

Em termos de dinâmica de produção, a equipe era formada essencialmente por trabalhadores cognitivos e produtores culturais envolvidos na democratização e no compartilhamento dos saberes e das culturas em suas mais variadas expressões. Era, portanto, qualificada na medida de seu engajamento na transformação da realidade brasileira e, em particular, da educação de nível superior, da cultura e da comunicação. Ela se articulava internamente como “comitê editorial”⁴ e externamente através de um “conselho editorial” mais amplo, além de conexões globais. Embora a produção das edições se desse com a participação de todo o comitê editorial, a pesquisa de imagens e o projeto de design tinham editores designados particularmente para essas atividades.

Os editores mobilizavam as redes sociais das instituições e dos movimentos dos quais participam para a produção de materiais para todas as seções da revista. Uma vez selecionados pelo comitê editorial, em colaboração com o conselho editorial e com as conexões globais, os textos passavam colaborativamente por revisão geral e as imagens por tratamento digital. Em seguida, era iniciado o processo de diagramação e de produção gráfica. Essa dinâmica de produção promovia a horizontalidade interna, na medida das possibilidades e articulações dos editores, visto que o trabalho não era remunerado. O fato do comitê editorial se constituir como articulação de editores com autonomia ampliava o contato com colaboradores de modo a fazer da revista um espaço aberto e plural.

Para além da horizontalidade interna, essa dinâmica procurava uma abertura entre “produtores-editores” e “produtores-público” (e não público-consumidor), ou seja, a superação da hierarquia que, no campo da comunicação, caracteriza a relação entre emissores e receptores. Não há, no espaço expressivo aberto pela *Global/Brasil* nem “formadores de opinião” nem “opinião pública conformada”.

⁴ A rede da equipe editorial era baseada em várias cidades: Rio de Janeiro (RJ), Vitória (ES), São Paulo (SP), Santa Maria (RS), Florianópolis (SC), Belém do Pará (PA), Salvador (BA).



A realização de eventos pela *Universidade Nômade* desde 2001, de fóruns a festas, em torno de problemáticas em comum estimulam a participação indireta e direta na revista. Tratava-se de encontros presenciais entre militantes de diversas áreas onde eram propostos e discutidos possíveis conteúdos, textos, ou imagens. Portanto, mais do que prever um lugar específico para uma interação entre “editores” e “público”, em seções de cartas na versão impressa ou em caixas para comentários na versão eletrônica, a *Global/Brasil* almejava ser um espaço aberto à publicação mais direta possível de material produzido por meio dos agenciamentos acima descritos. Essa dinâmica proporcionou trocas intelectuais e afetivas, ação política, social e cultural e, talvez, em médio prazo, possibilidades profissionais e econômicas.

Ora, enquanto a produção da revista era efetivada por meio de editais como o “Cultura e Pensamento” e o “Ponto de Mídia Livre” do Ministério da Cultura, a distribuição por meios convencionais revelou-se um problema. Além da necessidade de estipulação de um valor comercial, ela requer uma regularidade da periodicidade que é improvável diante da irregularidade dos recursos. Comercial ou gratuita, o problema da distribuição pode se apresentar como incentivo à inovação: para além das bancas de jornais ou livrarias tradicionais, a distribuição via internet, através da rede de Pontos de Cultura e de Pontos de Mídia e através de associação de camelôs foram hipóteses consideradas. A experiência é também aquela de uma mobilização política e produtiva que, no final das contas, não conseguia validar-se na moeda em circulação. Em todo caso, experiências como a da *Global/Brasil* não “cabem” no termo “revista”. É preciso testar os conceitos na prática. Inventar novos, sempre que necessário.





Figuras 7, 8 e 9: páginas internas da revista Global número 12

Uma máquina de guerra

Para aprofundar nossa análise da *Global/Brasil*, podemos lembrar os cinco pontos que fazem Deleuze e Guattari diferenciar armas de guerra e ferramentas de trabalho e assim, talvez, apreender a *Global* como uma máquina de guerra que pode expandir no espaço no tempo as resistências produzidas por Sem Teto, Sem Salário, Sem Bolsa e Sem Máquinas Expressivas contra o *quadrillage* da cidade, contra o trabalho subordinado, contra o conchecimento compartimentado e contra as rígidas *grids* da arte-design. Enquanto Deleuze e Guattari, ao escrever essas passagens, se interessavam pela construção das catedrais góticas do século XII e das pontes dos séculos XVIII e XIX, a nós interessava então a constituição das máquinas expressivas do século XXI em seu enfrentamento da sujeição social e da servidão maquínica⁵ que se conjugam nas máquinas de comunicação contemporâneas. Embora às vezes emaranhados, é possível apontar elementos que distinguem ferramentas de trabalho e armas de guerra e que, no mesmo movimento,

⁵ DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*. Volume 5. São Paulo: editora 34.

distinguem o caminho sedentário empreendido pelo proletariado moderno do trajeto nômade que caracteriza o precariado urbano contemporâneo.

A primeira diferença é de sentido. Embora exista, em ambos os casos, uma ação à distância sobre uma matéria, armas e ferramentas têm uma relação diferente com a projeção: enquanto a arma de guerra é projetiva e centrífuga, a ferramenta de trabalho é introjetiva e centrípeta, no sentido que adapta a matéria a uma forma de interioridade. Com efeito, jornais e revistas pretendem conformar uma matéria social, isto é, adequar a uma forma: neles, os ditos “formadores de opinião” atuam no sentido de “formar um público” à sua imagem. Esse critério é válido para todo o espectro ideológico: a “forma de interioridade” ao qual remete um meio de comunicação, e o design que o estrutura, pode ser um “nicho” de leitores-consumidores genéricos, como também uma corporação sindical ou o organismo partidário. O conteúdo difere mas a forma permanece a mesma. A máquina expressiva do precariado urbano contemporâneo não visa essa “adequação” da matéria a uma forma, muito pelo contrário, ela gera um turbilhão que arrasta as matérias heterogêneas – dos editores aos movimentos sociais – em seu movimento centrífugo.

Além da diferente relação com a projeção, armas de guerra e ferramentas de trabalho apresentam uma diferença de vetor. A máquina de guerra não tem como modelo a caça, mas a cavalgada: enquanto o caçador visa a parar o movimento do animal e se apropriar das proteínas de sua carne, o nômade toma de empréstimo ao animal o seu motor. No primeiro caso, temos gravidade, no segundo velocidade. O comentário de Deleuze e Guattari sobre a relação do homem com o animal nos é útil para pensar a relação do homem com as máquinas, visto que em parte elas foram produzidas para substituir os animais. No caso de máquinas expressivas como a *Global/Brasil*, seus editores se apropriam do motor dos movimentos sociais e, vice versa, os movimentos sociais se apropriam dos motores dos editores: em ambos os casos – máquina técnica ou máquina social –, ganha-se velocidade. Impossível dizer quem cavalga e quem é cavalgado: trata-se de agenciamentos das singularidades e ao assemblagem de fragmentos.

A terceira distinção é a de modelo. A ferramenta remete ao trabalho assalariado em seu movimento linear de um ponto a outro – da forma à matéria, de casa ao trabalho na fábrica ou empresa pós-fordista – em velocidade relativa. Já a arma remete à ação livre em sua ocupação turbilhonar do espaço – carnavalizações, performances e ocupações em espaços reais; distribuições, disposições e maquinações em espaços virtuais – em velocidade absoluta. A ação livre está presente não apenas na arte, como também numa criatividade

potencialmente presente em todas as formas de trabalho ou atividade. Deleuze e Guattari afirmam o primado do agenciamento coletivo sobre a assemblagem tecnológica. Em outras palavras, é o agenciamento social quem vai determinar se uma máquina é ferramenta ou arma: é o agenciamento do designer em seu emprego na grande empresa pós-fordista e nas instituições públicas ou, em direção inversa, na ação junto aos “Sem” contemporâneos que vai determinar se a máquina que ele produz se aproxima da ferramenta ou da arma; em termos gerais, é o agenciamento “aparelho de Estado” ou “máquina de guerra” que vai determinar se o modelo é o trabalho subordinado ou a ação livre. Ou um mix. Contrariamente aqueles que sustentam uma “profissionalização” para experiências como *Global/Brasil*, suspeitamos que o salário é, neste caso, mais um problema do que uma solução, o que não significa que não há de se procurar remuneração por outros caminhos.

E, como podemos supor, trabalho e ação livre desenvolvem tonalidades passionais de tipo diferente: sentimentos ou afetos. O trabalho mobiliza sentimentos para a organização de uma forma que corresponde à formação do sujeito: o emprego na fábrica corresponde à formação do proletariado da época fordista cuja representação se dava através da carteira de trabalho. A ação livre libera afetos em sua velocidade que corresponde ao “não-fazer” do guerreiro: a luta na metrópole corresponde ao informe do precariado da época pós-fordista cuja expressão depende das armas que cria. Diz-se do homem das sociedades ditas primitivas, assim como do homem de guerra de todos os tempos, que ele não trabalha. Ao “homem que não trabalha” contemporâneo é recusada a proteção social. Por este motivo, ele depende mais das velocidades dos afetos na ação – pensemos naquelas de junho de 2013 – do que da organização dos sentimentos em uma forma – sindicato ou partido –, e tornou-se paradigma dos “Sem” contemporâneos⁶.

E chegamos ao quinto elemento diferenciador: trata-se da própria expressão. Signos de escrita e trabalho por um lado e, por outro, jóias de expressão e ação livre: esse confronto desenhado por Deleuze e Guattari não deve nos levar a pensar que revistas devam servir à organização do trabalho e à formação de uma opinião pública sem jamais agir como arma de guerra e promover possíveis conversações infinitesimais. Muito pelo contrário, um desafio para a *Global/Brasil* foi aquele de inserir ação livre nos signos de escrita, assim como inserir jóias de expressão na organização do trabalho. Aquele contexto permitia essa experimentação. Deleuze e Guattari afirmam que a expressão das jóias passa por uma

⁶ Ver entrevista a Maria dos Camelôs, militante do MUCA - Movimento Unificado dos Camelôs. Revista *Global/Brasil* número 7, dez-jan-fev 2007 (anexos 66 e 67).

relação motivo-suporte mais do que por uma relação forma-matéria. Essa relação motivo-suporte tem mais a ver com a força expressiva – que não deve ser reduzida à função decorativa ou ornamental tal como o design moderno a definiu e excluiu – do que com a função comunicante do signo. Uma conexão dinâmica do suporte e do ornamento substitui a dialética matéria-forma. No caso específico da *Global/Brasil*, essa força expressiva veio mais dos signos visuais do que dos signos da escrita que foram pouco trabalhados em sua vertente tipográfica. Nos dobramos de certo modo a uma certa neutralidade dos signos de escrita – uma neutralidade quase suíça, acrescentaríamos, não sem ironia, através do uso das fontes *Helvetica* e *Univers!* –, pois a expressividade tipográfica, segundo os cânones do design aplicado à revistas de arte, perturbaria a expressividade das obras artísticas. Desse modo, um dos desafios no projeto-processo da *Global/Brasil* foi o de superar as grades que freqüentemente mantiveram apartados, ou não perturbados pela presença do outro, os autores dos textos e os das imagens. A autoria se revelou uma poderosa *grid* invisível que procuramos superar.

Retomando os cinco elementos de distinção, Deleuze e Guattari afirmam que essas oposições promovem continuamente novas alianças e capturas recíprocas. Ação livre e trabalho subordinado emprestam-se reciprocamente armas e ferramentas:

Também renascem operários, que não acreditam no trabalho, mas que estão na adjacência de uma máquina de trabalho a ser recriada, de resistência ativa e de liberação tecnológica. Eles não ressuscitam velhos mitos ou figuras arcaicas, são a nova figura de um agenciamento trans-histórico (nem histórico, nem eterno, mas intempestivo): o guerreiro nômade e o operário ambulante.⁷

⁷ DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Op. cit.*, edição brasileira volume 5 p. 84, edição francesa p. 502. Não é estranho que Deleuze e Guattari percebam já em 1980 o delineamento do precariado urbano contemporâneo. Com efeito, ele resulta da aliança entre intelectualidade e proletariado iniciada em 1968, com a fuga da universidade e a fuga da fábrica.





Enade prova que Ações Afirmativas são eficazes

Alexandre do Nascimento

Governo Federal ignora desempenho positivo dos bolsistas do Prouni e não usa o resultado do exame para fortalecer o discurso pró-cotas nas universidades federais

Em abril o Ministério da Educação e veículos de imprensa noticiaram: "Avaliação mostra bom desempenho de alunos do Prouni" (MEC, 10/04/07); "Estudantes do Prouni têm melhor desempenho no Enade" (O Globo, 11/04/07). De acordo com o relatório de notas do Enade 2006, aplicado em 14 cursos (Administração, Biblioteconomia, Biomedicina, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Design, Direito, Normal Superior, Música, Psicologia, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo), tanto nas médias de formação geral, com componentes específicos, quanto na média geral, os bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni) obtiveram notas superiores aos outros estudantes. Mais interessante ainda é que, em 13 dos 14 cursos avaliados, entre os estudantes do programa federal, os que têm bolsa integral ou mais bolsistas tiveram melhores notas do que os que têm bolsa parcial.

Vale lembrar que o Prouni, programa do MEC que é um dos principais instrumentos de ação afirmativa do Governo, distribui bolsas integrais e parciais em instituições privadas credenciadas a estudantes de baixa renda (até 3 salários mínimos por capita); a estudantes oriundos de escolas públicas ou bolsistas de escolas particulares; e estabelece cotas para negros, indígenas e deficientes físicos. Já o Enade, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, é um importante instrumento de avaliação do ensino superior.

GLOBAL 20 Universidade Nômada



O que os resultados do Enade revelam? Diante as possíveis respostas, podemos dizer que políticas de ação afirmativa destinadas a pessoas pobres e/ou grupos sociais historicamente discriminados, são importantes medidas de democratização dos direitos. Os resultados do exame também mostram que os discursos contrários às ações afirmativas são apenas discursos sem base empírica. Como se pode constatar, os resultados do Enade não são princípios abstratos, mas dados concretos que mostram que, na realidade brasileira, as ações afirmativas constituem parte importante de um processo de universalização de direitos.

Os resultados positivos do desempenho dos bolsistas do Prouni fortalecem o ponto de vista dos movimentos sociais populares de que a constituição da democracia começa por medidas de combate às desigualdades sociais, exatamente o que propõe o conceito de Ação Afirmativa. Portanto, além do Prouni, cabe ao Governo, através do MEC, em especial, implementar outras medidas de ação afirmativa (como cotas nas universidades públicas) para avançarmos no processo de democratização, condição para a aceleração do crescimento com distribuição de renda.

Programa de Desenvolvimento da Educação

No início deste ano foi lançado o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE). Foram anunciadas medidas como: piso salarial para professores; elaboração da Prova Brasil para crianças de seis a oito anos, para avaliar a alfabetização; realização de Olimpíada de Língua Portuguesa (a exemplo de já existente Olimpíada de Matemática); investimento na formação continuada de professores; universalização dos laboratórios de informática; criação do Proefno rural; eletrificação das escolas públicas; produção de conteúdo digital multimedial; estabelecimento do programa Caminho da Escola para melhoria do transporte escolar; intervenções na educação no campo; mudanças na alfabetização de adultos; integração de ensino médio e ensino profissional via educação a distância; criação dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para suprir necessidades regionais de professores e profissionais para os chamados arranjos produtivos locais. A meta do PDE é a melhoria da qualidade no ensino público brasileiro em seus vários níveis, e o ministro da Educação destaca a importância de mobilizar a sociedade em torno do plano. A participação da sociedade foi também enfatizada pelo próprio presidente Lula na cerimônia de apresentação do PDE.

Políticas de ação afirmativa destinadas a pessoas pobres e/ou de grupos sociais historicamente discriminados são importantes medidas de democratização dos direitos.

Entretanto, as medidas do PDE foram definidas e continuam sendo definidas sem uma participação efetiva da sociedade, especialmente dos movimentos sociais, sem consulta a outros setores do ministério, inclusive às várias comissões técnicas compostas por membros do Governo e organizações de vários segmentos e demandas sociais. Talvez por isso, algumas medidas consideradas ainda não tenham aparecido naquilo que o MEC divulga. Ações afirmativas para aceleração da elevação da escolaridade da população negra e promoção de igualdade racial e da diversidade no ensino superior são componentes fundamentais de uma democratização de direitos, como demonstram os exitosos resultados das experiências de acesso e permanência no ensino superior para estudantes negros, indígenas, oriundos de escolas públicas e de famílias pobres.

Os resultados do Enade não deixam dúvidas e faz um destaque: o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ) que possui os alunos de menor renda familiar, o maior número proporcional de negros, as menores notas de vestibular e, ao mesmo tempo, a melhor avaliação no Enade entre os cursos de Pedagogia do Rio de Janeiro. Na lógica daqueles que o reitor da UERJ chama de "intelectuais da exclusão", os alunos desse curso de Pedagogia deveriam ter um baixo desempenho.

Discurso à prática

Além disso, notícias e fatos parecem sugerir um abandono, por parte do Governo Federal, do projeto de lei que estabelece cotas nas universidades federais. No discurso à Marcha dos Prefeitos,

por exemplo, o presidente Lula declarou que o executivo pode "dar ordem" à sua base aliada para aprovação de projetos de interesse do Governo. O projeto de Lei que cria cotas nas universidades federais, modificado pelo próprio governo para contemplar negros e indígenas, encontra-se arquivado na Câmara dos Deputados, mesmo depois de aprovado por unanimidade em todas as comissões pelas quais passou. Recentemente, um pedido de desarmamento feito pela deputada Nice Lobato foi indeferido pela mesa diretora da Câmara, presidida pelo PT. Apesar de o Governo possuir uma Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPRRI) e dos discursos favoráveis do ministro da Educação e do próprio Presidente da República, o Governo não demonstra disposição e interesse em mobilizar esforços políticos para atender a uma proposta histórica do movimento negro e de comprovado sucesso nas universidades onde as cotas já são adotadas.

Será que Governo e Congresso temem os empresários e intelectuais da exclusão que atacam diariamente as ações afirmativas através dos seus veículos de mídia? É este o motivo de o PDE não contemplar políticas de redução das desigualdades raciais? Será que o Plano de Promoção de Igualdade Racial, os compromissos internacionais assinados e o próprio programa de Governo do presidente Lula são, como a lei do fim do tráfico de africanos, coisas "para inglês ver"? Se essas questões não procedentes, penso que os movimentos sociais precisam de mais mobilização para que o Congresso Nacional faça o que a maioria da população quer que seja feito em relação ao projeto de cotas: a sua aprovação.

Um Congresso de Negros e Negras do Brasil está sendo construído pelo Movimento Negro. É fundamental que, neste processo, além de constituição de um projeto político do povo negro para o Brasil, seja também fator de mobilização em torno de medidas objetivas de radicalização democrática, ou seja, de ações afirmativas de promoção da igualdade e diversidade racial nas instituições. Devem estar incluídos debates sobre reforma curricular e formação de professores para o ensino de história e cultura afro-brasileira e educação das relações raciais (Lei 10639/2003), sobre reforma universitária e a proposição da "Universidade Nova", sobre a necessária abertura à multiplicidade dos projetos de TV digital e TV Pública, entre outras.

Universidade Nômada 27 GLOBAL



"Os direitos humanos não nos farão abençoar o capitalismo!"

Uma entrevista imaginária com os filósofos Félix Guattari e Gilles Deleuze

Giuseppe Cocco

Uma imagem, terrível: o cadáver de um homem jovem negro e anônimo sendo transportado seminu, de braços e já desengonçado pela rigidez por morte em num caminho de mão por alguns policiais que desçam a favela da Rocinha no Rio de Janeiro a vida nos massacrada pela vida política. Os policiais olham para o fotógrafo como se "aquilo" que carregam não fosse um homem. Por que será que, diante da crescente amplificação do discurso sobre direitos humanos, não para de crescer o número de homens sem direitos? A partir dos textos de Gilles Deleuze e Félix Guattari, simulamos uma entrevista em que eles falam o que pensam dessa impossibilidade de se universalizar os direitos humanos.

GLOBAL 10 Trânsitas

GLOBAL: O que os Senhores pensam desse paradoxo do peso crescente do discurso dos "direitos humanos" em face do número cada vez maior de homens sem direitos?

Deleuze e Guattari: Creio que, apesar do sintonia da filosofia alemã, não existe um Estado democrático universal.

GLOBAL: Por quê?

Deleuze e Guattari: Porque, no capitalismo, a única coisa que é universal é o mercado.

GLOBAL: Os Senhores querem dizer que, nesse contexto, os modelos políticos podem ser diferentes, mas o mercado mundial encerra sempre um compromisso com cada um deles?

Deleuze e Guattari: Os modelos de realização podem ser democráticos, ditatoriais, totalitários etc. Mas, por diferentes que sejam, são sempre análogos ao mercado mundial. É por isso que os Estados democráticos são tão ligeiros, e são comprometidos, com os Estados ditatoriais. É necessário, então, que a defesa dos direitos humanos passe pela crítica interna de cada tipo de democracia.

GLOBAL: Isso não significa colocar "todos no mesmo saco" e, no final das contas, dizer que somos todos responsáveis, negando qualquer perspectiva crítica, de mudança?

Deleuze e Guattari: Nada disso! Primo Levi dizia: não nos obriguem a transformar as vítimas em carrascos. Mas o que o nazismo e os campos nos inspiram é, dir ele, muito mais ou muito menos: a vergonha de ser um homem, pois também os sobreviventes tiveram que pactuar, se comprometer... Agora, não sentiríamos vergonha de sermos homens apenas nas situações extremas discutidas por Primo Levi, mas também nas situações insignificantes, frente à banalidade e à vulgaridade da existência que ameaça as democracias, diante da propagação desses modos de existência e pensamento para o mercado.

Trânsitas 11 GLOBAL

Figuras 10 e 11: páginas internas da revista Global.

O levante de 2013

A multidão – agenciamento do guerreiro nômade com o operário ambulante – se fez presente no levante de junho de 2013. O levante era relativamente previsível. Desde 2010 havia a percepção, por parte de alguns movimentos, de que as táticas de consolidação das políticas sociais dos anos anteriores vinham se transformando numa estratégia de planificação central e imersão oligárquica nos esquemas do biopoder brasileiro: máfias eleitorais, empreiteiras da ditadura, coronelismo. Mais tarde embrulhado como “nova matriz econômica” e encontrando em Dilma a sua face mais emblemática, teve início o pesadelo prometeico da recriação das tendências que, no discurso intervencionista, pretendia-se corrigir. Com a assimilação neo-desenvolvimentista da crise do capitalismo global em 2008, a modernização prometida para garantir o futuro do país já não guardava ponto de contato com o percurso democrático das reformas de base ou a cristalização de novas instituições defendidas pelo desenvolvimentismo dos anos 50, reduzindo-se a um experimento autoritário, contra as lutas. A virada já era visível após a posse de Dilma, em meio ao Brasil Maior dos megaeventos e do agronegócio, ao desmonte do MinC, à distopia de Belo Monte e outras barragens à remoção de pobres, ribeirinhos, quilombolas, favelas, ao desprezo com a demarcação de terras indígenas e com a reforma agrária. Nesse momento, estava dada a inviabilidade de uma linha de multidão continuar funcionando com a linha de hegemonia.

No nível nacional, se em 2005 nosso “erro” político consistiu em defender, contra ventos e marés provocados pela denúncia do “mensalão”, uma radicalização democrática que o governo e o PT não queria promover e sequer poderia produzir, o limite teórico consistiu em pensar que o “lulismo” (como foi chamado depois) tivesse dificuldades em apreender a produção de subjetividade quando, na realidade, tratava-se de um dispositivo de destruição de subjetividades que impede hoje a multidão de ir às ruas e mostrar sua justa indignação contra todos. No nível local, a inclinação para fora do governismo já havia começado em 2009, nas interações com o movimento pela moradia no Rio de Janeiro, do que resultaram dois abaixo-assinados contra a política de remoções conduzida pelo PT na cidade, por meio da secretaria municipal de habitação. E se consolidou em 2012, depois dos envolvimento com o ciclo de acampadas quinzemaístas e Occupy, como na OcupaRio (na Cinelândia) e na Ocupa dos Povos (durante a conferência da ONU, a Rio + 20), com as sucessivas



reelaborações teórico-políticas decorrentes da série Brasil Menor de colóquios em contraponto ao pesadelo do Brasil Maior. Nesse ano, ainda, ficou claro como, para assenhorear-se das verbas do governismo, a linha de hegemonia queria fazer das redes culturais digitais e do trabalho precário não o terreno para novas lutas, mas a atualização pós-moderna da exploração, a serviço do estado e do mercado. Finalmente, em meio à Cúpula dos Povos, e apesar dos desentendimentos, no evento terra a terra⁸, a linha da multidão se abriu para hibridizar-se com a afirmação ameríndia do perspectivismo e a crítica feroz ao aceleracionismo economicista, esposado pelo governo. Até que, em junho de 2013, a trama da terra tremeu. Na edição número 17, o editorial assim descreve o tremor:

Escrevemos de dentro de um instante ímpar na história do Brasil. O roteiro não foi muito diferente do que vem acontecendo no mundo, desde as revoluções árabes disparadas no norte da África, no começo de 2011. Lá, eram ditaduras sólidas como rocha, perfeitamente acomodadas no mercado mundial, mas que acabaram ruindo em questão de semanas, devastadas em seus pilares objetivos e subjetivos pelo enxame que saiu às ruas e praças numa atitude de recusa radical. Na Espanha, uma estação mais tarde, o movimento multitudinário do 15 de Maio varreu partidos do poder, inventando organizações de novo tipo, na autoconvocação e auto-organização de redes e mídias mais disseminadamente moleculares. Nos Estados Unidos, proliferaram ocupações de praças, grandes comitês e marchas, em dissenso à lógica consensual bipartidária, revirando a dinâmica política naquele país. No Brasil, igualmente, vivíamos até poucas semanas atrás um consenso rochoso, aparentemente intocável, embalado pela numerologia e o discurso acrítico de Brasil potência, PIBão e inclusão social. As forças de situação já antecipavam o triunfo eleitoral no ano que vem, tranquilamente governando “desde cima”, mediante os mais modernos métodos econométricos, publicitários e de gestão empreendedora. Ignorava não só a retórica da luta social, dos movimentos, do poder constituinte; mas também se fechava e desprezava a necessidade de continuamente reconstruir bases políticas e modalidades inovadoras de cooperação social.

⁸ Uma crônica intelectual sobre o evento terra a terra, em Devir-pobre, devir-índio, por Bruno Cava: <http://www.idlocal.com.br/a-potencia-revolucionaria-dos-pobres-e-dos-indios?locale=pt-br>



E o editorial prosseguia com a análise política-partidária, afirmando que a direita tentava sequestrar a energia explosiva, usando-a contra a “classe política” e a genérica corrupção de agentes públicos, como se o problema estivesse no Estado (o que é somente uma meia verdade). Sua linha política consistia, basicamente, em forjar uma grade moral de dicotomias, de maneira a separar o manifestante bom (comportado, pacífico, de bem, que lê jornal) daquele perigoso (descontrolado, violento, marginal, sem visão política); ao mesmo tempo em que procurava canalizar o descontentamento contra os governos à esquerda, especialmente Dilma e o PT. Pragmática, não perdia tempo discutindo se o movimento é de esquerda ou direita. Percebeu a sua força, teve medo, e agiu diariamente com todos os meios disponíveis.

Por outro lado, o mesmo editorial afirmava que a esquerda no poder, a seu passo, se desesperava ao não vislumbrar solução para o colapso iminente da governabilidade. Os governos e o PT não conseguiam responder ao levante. Hesitaram, assustaram-se, tomaram medidas desajeitadas e insuficientes. E repetiram o mesmo erro, ao continuar em seus gabinetes, torcendo para que a onda passasse e eles sobrevivessem. Ora, chegara a conta por anos de distanciamento das bases, causado estruturalmente por uma forma de governo operada desde o alto, uma gestão economicista e tecnocrática. Foram anos maceteados por técnicas de governo que colheram o voto e a aprovação a montante, como resultado macroeconômico, como uma resposta “objetiva” a indicadores econômicos. Governou-se pensando nas pessoas como estatísticas, meras variáveis dentro de modelos matemáticos de marketing. Desse modo, as redes de governança não conseguiram alcançar muito além dos grupos de interesses imediatos, dos parceiros financeiros e empresariais, das fontes de capital ou, no máximo, dos atravessadores do “terceiro setor”, igrejas e ONG. Mas não chegaram a justante, não conseguiram mapear um campo social de que se alienaram. A capilaridade se perdeu. Em decorrência, o fracasso do diagnóstico e a sensação de impotência de ação levaram governistas e petistas a se refugiar na hipótese golpista, atribuindo causas conspiratórias às mobilizações, ou mesmo acusando-as absurdamente de ser inerentemente reacionárias.

Essa análises de 2013 seguem pertinentes em 2017. E seguem presentes os impasses. De janeiro 2003 a junho 2013, ao longo de dez anos, a revista Global persistiu em sua tarefa de copesquisa e intervenção intelectual cooperativa, diretamente conectada aos elementos de



autonomia, autovalorização e auto-organização das lutas e movimentos. A edição número 17 sinalizou a ruptura entre linha de multidão e linha de hegemonia, e indicou o fim de uma experiência de polifonia editorial num campo de comunicação dominado por um embate em que se espelham uma mídia oligopolista e uma rede de publicações governistas. A Global imergiu e mutou nas ruas e redes, fez-se junho de 2013 com os muitos.

ferramentas das LUTAS

GLOBAL
REVISTA NÔMADE número 16 Ano 2012 ISSN 1807-2259

brasil

GLOBAL

PONTO de MÍDIA Livre

Mundo Brasil

Brasil do Século XXI

Nos últimos anos, o Brasil tem vivido uma mudança em sua história. Pela primeira vez, o país combina de forma contínua, crescimento, redução da pobreza, redução das desigualdades e uma grande projeção internacional. O Brasil está na mídia. O Brasil é exemplo emergente. Esse grande sucesso faz com que o Brasil continue a atrair o olhar de dois eventos esportivos mais importantes do mundo: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. O Rio de Janeiro se torna o centro desse espetáculo mundial. A abertura promete manifestar, modernizar, mostrar competitividade, maior eficiência e maior bem-estar para todos. O novo cenário se encaminha de fato. O Brasil segue os Estados Unidos e passa a participar mais ativamente em diversas instâncias internacionais. No entanto, assim como em vários países da América Latina, no início dos anos 2000 já tinha ficado claro que o neoliberalismo não tinha entregado o que prometeu. Há um aumento de desigualdade e a pobreza.

Crime Organizado Internacional

Tráfico de Drogas & Tráfico de Armas

O Rio de Janeiro é um ponto central da rede de distribuição internacional de drogas. Na cidade, os mafiosos do mundo organizado e criminosos do grupo internacional da cocaina. Durante a década noite, nas favelas, ocorre o Estado de guerra, alguns traficantes começaram a vir no tráfico de drogas uma oportunidade de ganhar dinheiro de que estavam acostumados. Com o tempo, os traficantes começaram a se armar para defender e ampliar seus territórios. Sua sobrevivência, por sua vez, também buscavam se armar para se defender. É comum também a aquisição de armas mais potentes. A disputa entre eles para um mesmo de guerra. A droga da guerra e do comércio passa a ser a arma e a política de segurança pública. Os moradores da favela são vistos como a população civil do Estado inimigo. O tráfico de armas, a linguagem do dinheiro, o envolvimento do Estado, a política nacional, as políticas de segurança. Tudo isso faz com que o tráfico de armas dos criminosos. Toda essa conexão armamentista só é possível graças ao acesso fácil a armas. Quem vende essas armas? Quem compra com esse tráfico? Os traficantes de armas nos dias atuais? Eles possuem o mesmo engajamento e a convicção de Estado?

Miícias

Grupos paramilitares que disputam o monopólio da violência

As guerrilhas são controladas por forças de agentes ou espiões políticos de segurança que espionam os traficantes de uma comunidade e pressionam à controlar essa comunidade. No setor do tráfico de drogas, esse tipo de controle de segurança de sempre nos comunidades, como TV e rádio locais, se usa, e não, além de cobrar para oferecer segurança. Esses grupos impõem uma forte presença no local, impedindo qualquer movimento, ameaçando a sociedade. Foram criadas há mais de uma década as organizações de forma múltipla, abrangendo todo

Mídia

Concentração de poder

A concentração de poder em torno de poucos grupos financeiros que detêm os maiores meios de comunicação espere uma mudança, no discurso midiático. Nesta mesma concentração de conteúdos, o "grande mídia" cria o conteúdo de consumo e "legitimidade" das operações policiais como operações de guerra. Dentro de uma lógica de guerra, o inimigo do inimigo pode e deve ser abatido pelo inimigo do inimigo. Impõe um discurso dualístico entre o bem e o mal, sempre tendo ao lado o vilão do discurso da "guerra ao terror".

Tropa de Elite

Em 2007, entrou a favela "Tropa de Elite", que tratava da questão do combate ao tráfico no Rio de Janeiro e da atuação do BOPE. O filme foi um grande sucesso e gerou um impacto global. A identificação do personagem principal, o Capitão Nascimento, como um herói encarna um certo fascismo tortura e autoritário. A linguagem do filme "Tropa de Elite 2" decide abster a questão da mídia e se tornou a maior bilheteria de cinema brasileira.

ONU

Disputa Geopolítica

Uma das fronteiras de disputa por um protagonismo brasileiro na política internacional nos anos "Lula" foi a procura por um papel principal do Brasil no "multilateralismo". Em 2004, o presidente democraticamente eleito do Haiti, Jean-Bertrand Aristide, foi afastado do país por forças militares dos EUA. O Conselho de Segurança da ONU criou, então, a Missão de Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Upps na Zona Sul

Unidade de Polícia Pacificadora

Criadas em 2008, as UPPs são o centro de uma nova política de segurança pública. Trata-se de um projeto do Rio de Janeiro para a ocupação policial permanente em favelas, com o objetivo de acabar com o tráfico de drogas. As operações contêm com grande força militar, com o objetivo de acabar com o tráfico de drogas. As operações contêm com grande força militar, com o objetivo de acabar com o tráfico de drogas. As operações contêm com grande força militar, com o objetivo de acabar com o tráfico de drogas.

Bope

Elite policial

O crescimento das organizações, a concentração policial e a utilização de "táticas" na operação das armas e das favelas dos bairros levou a polícia do Rio de Janeiro a desenvolver uma tecnologia de combate especializado de alto nível. Desenvolveram técnicas inovadoras de controle de massa populacionais por meio de operações (MOPs) e pontos de espionagem nos territórios. Nos territórios, selecionam membros em guerra contra a sua população.

Ataques Midiáticos

Colonização

África, Ásia, Oceania e América

No meio do processo colonial se deu o esmagamento de várias possibilidades de existência. A colonização marcou um traço traumático nesse novo mundo, a violência da Inquirição; a violência da Escravatura e a violência da Escravidão.

BRASIL NEGRO SALVE

Em 14 de julho de 2005, Fátima de São Paulo e a Associação Brasileira de Mulheres Negras (ABM) organizaram o primeiro desfile de moda de rua em São Paulo. O desfile foi uma homenagem à cultura negra e à luta por direitos. O desfile foi uma homenagem à cultura negra e à luta por direitos. O desfile foi uma homenagem à cultura negra e à luta por direitos.

Independência do Haiti

Primeira e única revolução escrava colonial a tomar o poder

Em 1804 aconteceu a primeira revolução escrava. A primeira independência nos colônias da América Latina. Uma vitória negra. Um tempo de esperança. A esperança de uma vida melhor no Haiti para milhares. O "Haitianisme", modo de uma grande revolução, espalhou-se pelas colônias espanholas e portuguesas. No Rio de Janeiro, a cidade mais negra do continente, esse modo de pensamento tomou forma. Como manter a ordem? Como manter o controle de uma revolução por uma revolução?

O Haiti do Haiti começou a ser descoberto em 1625 com a chegada de um grupo de franceses de uma comunidade indígena de suas encostas. A disputa se estendeu até 1747. Em 1810, os EUA ocuparam o território e a permanência até 1804, tornando uma força militar francesa que impôs finalmente todo movimento de resistência. Essas militares se envolveram no poder após a saída das forças francesas. De 1807 a 1808, os colonos de São Paulo e Rio de Janeiro se uniram com sua única aliança política: a luta por um Haiti. Após um ano de lutas, protestos populares, Baby Doc é forçado a se retirar de França. Em 1990 Jean-Bertrand Aristide é eleito presidente com 67% dos votos. A mobilização popular, através da primeira tentativa de



GLOBAL brasil FERRAMENTAS DAS LUTAS

GLOBAL Brasil é uma publicação da Rede Universidade Nômade

www.revistaglobalbrasil.com.br
www.universidadenomade.org.br



Ministério da Cultura



Atualização do site Bruno Tarin
Design Barbara Szaniecki
Revisão dos textos Leonora Corsini

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista.

ACAMPADAS Sarah Nery
AMOR Matilha Amorosa
ARTE Christopher Jones
BIOLUTAS Giuseppe Cocco
BLOG Hugo Albuquerque
BRASIL MUNDO, MUNDO BRASIL (capa): Frente de Fevereiro e Afrofuturismo;
Neste projeto: Daniel Lima e Felipe Teixeira.
CAMPANHA Adriana Britto
CARAMUJO MAN Alê Souto
CARNAVALIZAÇÃO Cacá Fonseca e Pedro Britto
CIVILIZAÇÃO COMO BARBÁRIE Eduardo Baker e Julia Baker
NÃO CIVILIZADA Pedro Victor Brandão
COPEQUISA Bruno Cava
COREOGRAFIA Dani Lima e Paola Barreto
CONCATENAÇÃO Christopher Jones
DESEJOS Marcelo Wasem
FRENTE, PROTESTO Pablo de Soto
ESQUIZOPOÉTICA Pedro Laureano Sobrino
ESTÉTICA DA EXISTÊNCIA Gabriel Alvarenga
FAVELA Eduardo de Oliveira Rodrigues e Vladimir Santafé
FAVELONÇA Barbara Szaniecki
GENERAL INTELLECT Bárbaro Tecnizado
HIP HOP Rociclei da Silva
HOMEM CONTEMPORÂNEO Davy Alexandrisky
INDISCIPLINA Marina Bueno
INTERVENÇÃO Daniel Lima
INTERVENÇÃO URBANA Entre Sem Bater / Foto Léo Lima
INVERTER A ORDEM DO NEGÓCIO Traplev
INVESTIGAÇÃO-AÇÃO Daniel Lima
MARCHA DAS VÁDIAS Adriana de Azevedo
MARCHAS E ANTIMARCHAS Talita Tibola
OLIMPI(C)LEAKS <http://olimpicleaks.midiatatica.info/wikka/HomePage>
ORDEM SEM CHOQUE Bernardo Damasceno
PADÊ Mariana Novaes
PRUDÊNCIA Síndia Santos
QUILOMBISMO Laura Olivieri
RADIOFONIA CARTOGRÁFICA Marcelo Wasem e Mariana Novaes
RECUSAR Fabricio Toledo
SUMIÇO Simone Tomé
TEIA DOS PONTOS DE CULTURA Macarena / Leticia Pou
TROCA Sala Dobradiça: A. Giovanella, D. Tibola, E. Maroso e G. Araújo /
Fotos Paulo Fernando Machado

sumário 1 GLOBAL

Figuras 12 e 13: capa e sumário do número 16, 2012, à procura de cartografias de movimentos e de ferramentas de lutas.



